



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**



PIBIC

Título do Projeto:

**COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO PARA INCLUSÃO SOCIAL:
uma ação informativa na perspectiva do regime de informação**

Título do Plano:

Competências em tecnologias intelectuais de informação

Nome do Orientador: Gustavo Henrique de Araújo Freire

E-mail: ghafreire@gmail.com

Grupo de Pesquisa Cadastrado no CNPq: Epistemologia e políticas de informação

Centro: Centro de Ciências Sociais Aplicadas/CCSA

Departamento: Departamento de Ciência da Informação

1. Projeto

1.1. Introdução

O pressuposto de nossa pesquisa é a necessidade de uma ação de informação com vistas a desenvolver uma política de informação em âmbito local que leve à inclusão digital e social. É assim que a Ciência da Informação, enquanto ciência que estuda a informação como *padrão que une* (cf. FREIRE, 2001), incorpora à sua definição a noção de uma ação que remete seus atores sociais aos contextos onde vivenciam suas respectivas existências. Nesse contexto a nossa ação de informação foi construir de forma participativa um instrumento para gestão e comunicação da informação na Escola Municipal João Gadelha de Oliveira Filho.

No nosso escopo, trata-se de promover o “conhecimento em ação” (cf. WERSIG, 1993) na Ciência da Informação de modo a intervir sobre o regime de informação (cf. GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999) da Escola supra citada Esperamos, com essa pesquisa, contribuir para a discussão acerca de diretrizes para políticas de informação de acesso livre à informação e inclusão digital, no contexto escolar, que por sua vez podem criar oportunidades de inclusão social. Inclusão na sociedade da informação não somente pelo acesso ao meio digital mas, especialmente, pela competência intelectual de pensar sobre seu espaço e papel nesta sociedade que estar a fazer-se (cf. ASSMANN, 2000).

As ações para inclusão digital tornaram-se especialmente relevantes à medida que a Internet no Brasil vai se firmando cada vez mais como um importante canal de serviços e mídia não somente para os integrantes das classes A e B como, também para as C, D e até a E. Entretanto, concordamos com Lazarte (2000) em que os elementos necessários para inclusão não devem contemplar apenas o acesso físico à infraestrutura e a conexão em rede e computadores, mas, especialmente, a capacitação das pessoas para utilizar estes meios de comunicação da informação e, principalmente, para criar a “possibilidade de uma incorporação ativa no processo todo de produção, compartilhamento e criação cultural”, os chamados “conteúdos” (LAZARTE, 2000, p.51). O autor sugere integrar essa “possibilidade” às condições locais existentes, em termos de suas organizações tanto quanto em seus referenciais culturais: centros de produção, criação e compartilhamento cultural (e de acesso à rede) devem estar integrados a associações comunitárias, centros religiosos, igrejas etc.

As ações voltadas para promover a “inclusão digital” emergem no contexto dos Programas Sociedade da Informação, propostos por diversos países, configurando-se como uma das ideias-chave que perpassam ações, estudos e pesquisas nos mais

diferentes campos do saber. No Brasil, as bases para inclusão na Sociedade da Informação estão formuladas no Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil. Neste sentido, ainda há a necessidade de “um marco teórico mais sólido para orientar nossas políticas públicas e a implementação das infraestruturas de acesso à informação no Brasil”, como alerta Miranda (2006).

Em nossa pesquisa, complementamos esta perspectiva com a proposição de uma abordagem participativa, uma “pesquisa-ação” onde pesquisadores e membros da comunidade escolar trabalhem juntos, compartilhando saberes com o propósito de criar as diretrizes para uma política de informação local no regime de informação global, bem como construir de forma participativa um instrumento que facilite a gestão e comunicação da informação no contexto escolar, qual seja, um repositório digital para armazenamento, organização e comunicação da informação. É importante ressaltar o papel do bibliotecário nesse processo.

É assim que a pesquisa se insere no contexto da necessidade da construção participativa de uma ação de informação para a gestão de recursos de informação em nível local, com vistas à inclusão digital e social. De modo que os participantes possam ter não somente o acesso livre e democrático a fontes de informação relevantes na Internet, mas, especialmente, tenham também a oportunidade de produzir conteúdos digitais a partir de suas necessidades escolares.

Neste sentido, temos como objetivo geral produzir, no âmbito da Escola Estadual Lyceu Paraibano, em João Pessoa - PB, de forma participativa, ambientes virtuais de aprendizagem que possam colaborar para a construção de uma inteligência coletiva que facilite a gestão e o acesso a recursos de informação em âmbito local.

1.2. Fundamentação Teórica

1.2.1 Políticas e gestão da informação

No âmbito da Ciência da Informação no Brasil, a temática das políticas de informação encontra-se fundamentada, principalmente, nos estudos de González de Gómez. A autora define a Ciência da Informação como uma “disciplina que estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação”. Nesta perspectiva, a informação é definida como “ações de informação, que remetem seus atores aos contextos onde estas ocorrem” (GONZÁLEZ DE GOMES, 2002, p.61). Nesse contexto, as ações de pesquisa e as ações de informação integrarão um mesmo domínio de orientações estratégicas e, em consequência, a política e gestão da informação

formarão parte do mesmo plano decisional e prospectivo ao qual pertence a política e gestão da ciência e da tecnologia (C&T).

Para González de Gómez (1999), a gestão da informação envolve “o planejamento, instrumentalização, atribuição de recursos e competências, acompanhamento e avaliação das ações de informação e seus desdobramentos em sistemas, serviços e produtos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.69). Nesta perspectiva, a gestão estabelece a mediação entre as políticas de informação de um setor e a ação informada dos atores sociais envolvidos, sejam eles “o Estado, o Governo, ou comunidades usuárias de bens e serviços de informação ou atingidas em seus processos cognitivos e deliberativos pela disponibilização ou omissão de informações” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.69).

Nessa perspectiva, a gestão de recursos informacionais pode fazer a diferença de modo a favorecer o crescimento de uma sociedade da informação onde todos tenham acesso a uma parte mínima dos novos serviços e aplicações das tecnologias digitais de informação e comunicação. Por isso mesmo, Freire (2006) aponta que a democratização do acesso às tecnologias digitais e intelectuais de informação e comunicação deveria ser vista como elemento fundamental nas políticas públicas de inclusão social. A nosso ver, cabe à Ciência da Informação dar o embasamento teórico para proposição e discussão de ações de informação que contribuam para promover políticas de informação que possam ser utilizadas como instrumentos de gestão de recursos de informação.

Neste enfoque, definir políticas de informação implicaria em ultrapassar esse contexto interdisciplinar da Ciência. Para isso, a autora procura utilizar um conceito de política de informação que “tratará de resgatar a amplitude e complexidade do campo, permitindo a consideração das macro e micro-políticas, bem como das políticas locais, regionais, nacionais e globais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p.67). A autora formula sua abordagem de políticas de informação utilizando como base o conceito de regime de informação, o qual define como

Conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos. (GONZALEZ DE GOMEZ, 2002, p. 69)

O conceito de regime de informação foi criado por Frohmann (1995) para caracterizar o fluxo de informação no campo de atuação das políticas de informação, utilizando como base a teoria Ator-Rede de Bruno Latour. Todavia, o conceito de regime

de informação que adotamos é o desenvolvido por González de Gómez com base no conceito de “dispositivo” formulado por Michael Foucault, aqui compreendido como “instrumento” ou “tecnologia intelectual” (cf. FREIRE, 1998; 2004).

Nesta perspectiva, os dispositivos são os lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem (necessariamente) os textos (despachos de agências, jornal, livro, rádio, televisão, etc). O dispositivo não é um ‘suporte’, mas uma matriz que impõe suas formas aos textos (uma conversa ‘informal’, por exemplo, se inscreve nas formas da conversa, como variante de um paradigma). Na questão informacional, um dispositivo permite a leitura de relações entre elementos heterogêneos, discursivos, tecnológicos, econômicos e culturais. Assim, pode ser indicado para a análise de micropolíticas ou de figuras descentralizadas e locais de políticas de informação.

Embora a Sociedade da Informação seja um fenômeno mundial, uma política de informação deve privilegiar, antes de mais nada, a estrutura informacional do local visando a sua inserção no global, pois

[...] a partir do potencial integrativo do novo padrão tecnológico, o local redefine-se, ganhando em densidade comunicacional, informacional e técnica no âmbito das redes informacionais que se estabelecem em escala planetária. [Pois] a dimensão cultural do local atua na globalidade como um fio invisível que vincula os indivíduos ao espaço, marcando uma certa ideia de diferença ou de distinção entre comunidades. Assim, o local constitui-se em suporte e condição para as relações globais. É nele que a globalização se expressa concretamente e assume especificidades. (ALBAGLI, 1999, p.186-187).

Assim, de acordo com o exposto, a gestão de recursos de informação visando à inclusão digital através de competências em tecnologias digitais e intelectuais de informação e comunicação, carece de instrumentos de política pública que possam orientar as ações necessárias para incluir comunidades na sociedade da informação. Nesta pesquisa, diremos que existem políticas de informação para inclusão digital, porém estas se encontram dispersas nos diversos regimes de informação que compõem a sociedade brasileira. Neste sentido, defendemos a tese de que há necessidade de criação de instrumentos de gestão que contemple as políticas públicas de informação voltadas para inclusão digital e social.

1.3. Metodologia

1.3.1 Pesquisa-ação para desenvolvimento do projeto

A escolha da pesquisa-ação traduz a tentativa de abordar a comunicação da informação como ação transformadora, no sentido que lhe atribui Araújo (1994), criando espaço para intervenção empírica em uma dada situação. A pesquisa-ação supõe uma participação e uma forma de ação planejada que atinja os vários elementos das atividades humanas — diretamente relacionada à presente proposta, na medida em que viabiliza a ação coletiva pautada pela resolução de problemas e por objetivos de transformação.

Segundo Thiollent, a pesquisa-ação “consiste essencialmente em acoplar pesquisa e ação em um processo no qual os atores implicados participam, junto com os pesquisadores, para chegarem interativamente a elucidar a realidade em que estão inseridos” (THIOLLENT, 1997, p.15). Nessa perspectiva, entende-se por “ator” qualquer grupo de pessoas dispo de certa capacidade de ação coletiva consciente em um contexto social delimitado, podendo designar tanto os grupos informantes no meio de uma organização quanto os grupos formalmente constituídos e “participação” é encarada como propriedade emergente do processo e não como *a priori*. No presente projeto integramos a esta abordagem a visão cooperativa de Desroche (1990)¹, que define a pesquisa-ação como uma pesquisa

[...] na qual os autores de pesquisa e os atores sociais se encontram reciprocamente implicados: os atores na pesquisa e os autores na ação. No limite, esses dois papéis tendem a identificar-se em uma só instância de operação. ... na pesquisa-ação os atores deixam de ser simplesmente objeto de observação, de explicação ou de interpretação. Eles tornam-se sujeitos e parte integrante da pesquisa, de sua concepção, de seu desenrolar, de sua redação e de seu acompanhamento. (DESROCHE, 1990 citado por THIOLLENT, 1997, p.36)

O processo envolve contato permanente entre os participantes da pesquisa (pesquisadores e usuários), sendo que o primeiro momento é dedicado ao conhecimento preliminar da realidade, de modo a identificar o que Goldmann (1970) denomina “informação prévia”. Desta ação, resulta a formação de um grupo de trabalho que, no segundo momento, identifica, na comunidade, os “temas geradores” do conteúdo do instrumento. Os temas levantados e sua pertinência são discutidos pelo grupo, à medida

¹ Desroche denomina os “pesquisadores” de expressão *autores da pesquisa*, diferenciados dos “atores” pelo trabalho de redação com uso da escrita. No presente projeto, denominamos “pesquisadores-autores” aos responsáveis pela pesquisa em si (quadro teórico, instrumentos metodológicos, resultados acadêmicos) e “pesquisadores-participantes” aos pesquisadores colaboradores, pessoal técnico,

em que a interação entre pesquisadores e usuários da informação favorece a reflexão crítica sobre os temas, que se “abrirão” na direção de outros temas. A primeira etapa para a realização desta pesquisa busca a confirmação da existência de políticas de informação para a inclusão digital. Serão considerados apenas documentos cuja expressão políticas de informação seja destacada. Em seguida, deverão ser identificados os elementos que caracterizam o conteúdo e o escopo de uma política de informação. Esses elementos serão utilizados como base para a realização do estudo empírico da pesquisa.

O campo empírico da pesquisa é a Escola Estadual Lyceu Paraibano a mais tradicional instituição de ensino público do estado da Paraíba, localizada no bairro do Centro em João Pessoa.

O Lyceu Provincial Paraibano surge em 1836, funcionou inicialmente, no primeiro andar do edifício da Assembleia Legislativa Provincial, depois transferido para um salão do Palácio do Governo. Em 1839, foi transferido para o Antigo Seminário dos Jesuítas, antigo prédio da Faculdade de Direito da UFPB, onde ficou funcionando até 1939. Nesse mesmo ano, foi transferido para a Avenida Getúlio Vargas, Centro da Capital João Pessoa-PB, inaugurado pelo governador Argemiro de Figueiredo. Essa instituição visava o ensino secundário, entretanto, havia uma divergência logo na sua criação, “se havia um ensino tecnicista, ou voltado para os exames preparatórios para o ingresso, nas faculdades de ensino superior recém-criada” (LIMA & CURY, p. 1, 2011)². Por motivo de se ter uma elite que necessitava de escolas para seus filhos, tendo em vista que naquele período, boa parte da educação das crianças era feito em casa e o corpo de docentes que iria compor a instituição seria das pessoas mais importantes da elite, estudar nessa instituição era de grande prestígio.

Em diversos momentos da História do Império e da República no Brasil, O Lyceu formou a maioria dos homens públicos na Paraíba. Homens como Antonio Alfredo de Gama Melo, primeiro governador da Paraíba na República, Sólon Barbosa de Lucena, diretor do Lyceu e Presidente da Paraíba entre 1896 e 1900, Álvaro de Carvalho, que também dirigiu o colégio e governou o Estado entre 26 de julho e 4 de outubro de 1930 e também vice do presidente João Pessoa.

Em 2005, o Governo do Estado, reinaugurou a Escola e a entrega no dia 10 de novembro a cerca de 3 mil alunos. A reforma foi orçada e custou cerca de R\$ 2 milhões de reais aos cofres do Estado e do Ministério da Educação. O arquiteto Clodoaldo Gouveia pensou na estrutura arrojada da época. A Escola conta com biblioteca, salas dos

² bolsistas de iniciação científica e pessoas da comunidade diretamente envolvidos nas ações do projeto.

professores e várias salas de aula. A escola passou a ter educandário. É importante lembrar que esta instituição nunca fechou suas portas ao longo dos últimos 175 anos.

A escola possui turmas do Ensino Médio, o que faz com que os seus alunos na grande maioria já estejam próximos de tentar entrar em uma Universidade ou ser inserido no mercado de trabalho. Possui um amplo laboratório de informática, com vinte computadores.

1.4. Referências

ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade. O novo do local. In: ALBAGLI, S. (Org.). **Globalização & Inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

ASSMANN, H. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, p. 7-15, maio/ago. 2000.

FREIRE, G.H. de A. **Comunicação da informação em redes virtuais de aprendizagem**. 2004. Tese. (Dout. Ci. Inf.). Rio de Janeiro: CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 2004.

_____. **A construção de instrumento para comunicação de informação sobre saúde**. 1998. Dissertação. (Mest. Ci. Inf.). Rio de Janeiro: CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 1998. Disponível em: <http://ghafreire.sites.uol.com.br>

FREIRE, I.M. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 58-67, maio/ago. 2006.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the network theory. In: ANNUAL CONFERENCE FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 7-10 Jun, 1995, Alberta, Canadá. Connectedness: information, systems, people, organizations. **Proceedings**. Alberta, Canadá: Canadian Association for Information Science, 1995.

GONZALEZ DE GOMEZ, M.N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v.31, n.1, p.27-40, jan./abr. 2002.

_____. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, v.1, n.1, 1999.

LAZARTE, L. Ecologia cognitiva na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v.29, n. 2, 2000.

LIMA, Michelle; CURY, Cláudia Engler. **O LICEU PARAIBANO ENTRE OS ANOS DE 1899 E 1903: uma visão sobre a crise a partir do discurso oficial**. II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista. Maranhão: UFMA, 2011.

MIRANDA, A. Organização de conteúdos e identidade cultural. In INTEGRAR CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 2., 25-29 jun.2006, São Paulo. Compartilhando o Conhecimento: o acesso sem fronteiras. **Anais**. São Paulo: Febab, 2006.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v.29, n.2, 1993.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

2. Plano de Trabalho

2.1. Objetivos específicos, relevância, vinculação ao projeto e resultados esperados

2.1.1. Levantamento do espaço físico da escola;

- Alta vinculação com o projeto *LTi*. Trata-se de identificar possíveis espaços para a produção e armazenamento de informação.

2.1.2. Constituição dos grupos de pesquisadores participantes;

- Alta vinculação com o projeto *LTi*. Trata-se de selecionar professores e alunos que desejam participar da pesquisa.

2.1.3. Treinar os professores em tecnologias digitais;

- Alta vinculação com o projeto *LTi*. Trata-se de oferecer treinamentos para que os professores visando desenvolver competências para o ensino virtual.

2.1.4. Selecionar com os professores participantes, aulas virtuais temáticas;

- Alta vinculação com o projeto *LTi*. Trata-se de fazer uma seleção prévia com os professores das aulas de interesse de acordo com cada disciplina ministrada para a Turma do 2º ano do Ensino Médio.

2.1.5. Criar instrumentos de gestão e comunicação da informação digital no ambiente;

- Alta vinculação com o projeto *LTi*. Trata-se da criação de uma página web no sentido de manter todos os atores envolvidos atualizados.

2.1.6. Avaliar com os participantes o desenvolvimento e os resultados da pesquisa.

- Alta vinculação com o projeto *LTi*. Trata-se de uma avaliação geral acerca de tudo que foi feito e o caminho percorrido até chegar ao resultado final.

Resultados esperados com a implementação dessas ações são:

- Integração entre a UFPB e o Lyceu Paraibano, de modo que docentes (universitários e de ensino médio) e discentes (universitários e de ensino médio) possam compartilhar experiências e saberes relativos a tecnologias intelectuais de informação.
- Promoção da pesquisa científica entre os docentes do Lyceu, inclusive com a proposição de projeto de pesquisa por docente da instituição (programa do Governo Estadual).
- Promoção de competências em tecnologias intelectuais entre docentes e discentes do Lyceu Paraibano, para busca, recuperação e organização da informação.

2.2. Cronograma de atividades e viabilidade de execução

ATIVIDADES	2012	2013
Levantamento do espaço físico da escola;	Agosto	-
Constituição dos grupos de pesquisadores participantes;	Agosto e setembro	-
Treinar os professores em tecnologias digitais;	Outubro/ Novembro	-
Selecionar com os professores participantes, aulas virtuais temáticas;	Dezembro	Janeiro/ Março
Criar instrumentos de gestão e comunicação da informação digital no ambiente;	Março	Abril a julho
Avaliar com os participantes o desenvolvimento e os resultados da pesquisa.	Junho	Julho